

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Cemig Geração Itutinga S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025	4
BALANÇOS PATRIMONIAIS	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	13
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	14
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	16
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	17
1. CONTEXTO OPERACIONAL	17
2. BASE DE PREPARAÇÃO	17
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	20
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	21
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	21
7. IMOBILIZADO	22
8. INTANGÍVEL	23
9. FORNECEDORES	24
10. ENCARGOS SETORIAIS	24
11. TRIBUTOS	25
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25
13. RECEITA	27
14. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS	28
15. CUSTOS GERENCIÁVEIS	29
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	30
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	30
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	32
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	34
20. NOTAS DE CONCILIAÇÃO	37
TERMO DE RESPONSABILIDADE	43



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Diretores da

Cemig Geração Itutinga S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Geração Itutinga S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Cemig Geração Itutinga S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Itutinga S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis regulatórias de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cemig Geração Itutinga S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não

está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Cemig Geração Itutinga S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 13 de abril de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver

o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Itutinga S.A. (“Companhia” ou “Itutinga”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A CEMIG GERAÇÃO ITUTINGA

A Companhia é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

Capacidade instalada

Central Gerada	Capacidade instalada (MW)
Itutinga	52

Parque Gerador – Características Físicas

Usina	Potência Total (MW)	Garantia Física Total (MW)	Tipo de Usina	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
UHE Itutinga	52	26,6	UHE	1955	03/01/2053

Garantia Física Realizada e Esperada

Usina	2023 Realizado	2024 Realizado	2025 Realizado	2026	2027	2028	2029
UHE Itutinga	7,98	7,98	7,98	7,98	7,98	7,98	7,98

Modelo de Negócio e Condições no ACR

Usina	Modelo de Negócio em 01/Jan/2025	Preço no ACR em 01/Jan/2025	Data e Índice de reajuste no ACR
Integral			
UHE Itutinga	Cotas Garantia Física	RAG de R\$ 48.669 mil	(1)

(1) Reajuste pelo IPCA em ocorreu em julho de 2025, atualização dos custos de transmissão em julho de 2025. Conforme Edital do leilão após primeiro ano 70% da energia comercializada em regime de cotas de garantia física e 30% da energia comercializada livremente pelo detentor da concessão. Dessa forma a RAG representa apenas a parcela Regulada da receita (70% da energia, sendo os demais 30% de livre dispor de cada usina).

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 151.309 mil, subscrito e integralizado, dividido em 151.309.332 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

INVESTIMENTOS

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Cemig Geração Itutinga S.A., realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2025, a companhia investiu R\$ 1.669 mil, desse montante desse montante destaca-se a aquisição de resfriadores de gerador e cabos de aço.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2025, a hidrologia verificada continua com valor bem abaixo da média, ficar próxima das piores já observadas na história, considerando o período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluenta (ENA) ficou em 77% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (76% MLT), Sul (90% MLT), Nordeste (46% MLT) e Norte (73% MLT).

Para 2025 tivemos a recalibração dos parâmetros de risco dos modelos de precificação que saíram de um par 25/35 (25% das piores series com um peso de 35% na função

objetivo) para um par 15/40 (15% das piores series com um peso de 40% na função objetivo), essa alteração faz com que o modelo fique mais averso ao risco elevando o custo de operação do sistema e assim o PLD (Preço da Liquidação das diferenças).

Já o armazenamento não apresentou destaques permanecendo em valores próximos a média do histórico e fechando o ano com 45% de armazenamento no SIN (10º Maior de 1999 a 2025)

O PLD de 2025 iniciou o ano com valores abaixo de R\$ 100/MWh refletindo as boas chuvas de dezembro e janeiro, contudo a partir de março o preço elevou para acima de R\$ 300/MWh, ao longo dos meses seguintes ficou oscilando entre 200 e 300 R\$/MWh. Na média do ano tivemos o sudeste com R\$ 223,46/MWh, Sul com R\$ 225,94/MWh, Nordeste com R\$ 176,61/MWh e Norte com R\$ 182,22/MWh. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,83, sendo o maior verificado em janeiro (1,13) e o menor em agosto (0,625).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 27 de março de 2025, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2025 a fevereiro de 2026. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 7,91% (7,56% em 2024).

DESEMPENHO ECONÔMICO

Resultado do Exercício

Companhia obteve um resultado regulatório de R\$42.551 mil em 2025, comparado ao resultado de R\$35.558 mil em 2024, representando um aumento de 20,10%.

Receita

Fornecimento bruto de energia elétrica

A Companhia tem direito a uma receita anual de geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR. A receita reconhecida em 2025 foi de R\$62.867 mil, comparada a 2024 que foi de R\$55.065 mil.

A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando das distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$15.889 mil em 2025 (R\$14.815 mil em 2024), dos quais R\$363 mil referem-se aos custos não gerenciáveis (R\$354 mil em 2024) e R\$15.526 mil referem-se aos custos gerenciáveis (R\$14.461 mil em 2024).

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2025, a Companhia apurou o montante de R\$3.393 referente a imposto de renda e contribuição social, representando 7,38% em relação ao lucro antes dos impostos de R\$45.944 antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no mesmo período de 2024, a Companhia apurou despesas no montante de R\$2.627, representando 6,88% em relação ao lucro de R\$38.185 antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2025, o LAJIDA foi de R\$47.904 mil (R\$41.751 mil em 2024) e a Margem do LAJIDA foi de 76,20% no mesmo período (81,99% em 2024), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2025	2024	Var. %
Resultado Líquido	42.551	35.558	19,67
Despesa de IR e CS	3.393	2.627	29,16
Depreciação/Amortização	5.655	5.641	0,25
Resultado Financeiro	(3.695)	(2.075)	78,07
LAJIDA	47.904	41.751	14,74

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras contábeis regulatórias, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO SOCIETÁRIO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2025, a seguinte proposta de destinação do resultado societário do exercício de 2025, no montante de R\$54.212 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.711 mil para constituição de reserva legal;
- R\$25.751 mil para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$25.750 mil para pagamento de dividendos adicionais;

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa, conforme apresentado pela Administração, R\$13.501, dos dividendos adicionais, para constituição de reserva especial, a ser pago

como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a

emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Cíveis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram Classificação: Público protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2025, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONs- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 16 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 17 barragens da CEMIG holding em 2022 (Barragens das UHEs Itutinga e Camargos constituem um único CI), o ano de 2025 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2025, foram executados:

- 04 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das UHEs: Emborcação, Irapé, Três Marias e Peti (em parceria com a VALE- Mina Brucutu), envolvendo 10 municípios envolvendo até 7.400 moradores das ZAS- Zona de Autossalvamento das barragens;
- 10 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cajuru, Tronqueiras, Poço Fundo, e das UHEs Salto Grande, Itutinga/Camargos e Peti.

Ainda em 2025, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram para as UHEs Nova Ponte, Cajuru, Peti, Três Marias, Queimado, Emborcação, Rosal e Irapé. Os eventos contaram com a participação de público de 386 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de Classificação: Público água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Cíveis Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.192	1.519
Investimentos temporários	4	417	3.261
Consumidores e revendedores	5	7.151	6.258
Serviços em curso		496	112
Tributos compensáveis		10	47
Outros créditos		12	-
TOTAL DO CIRCULANTE		11.278	11.197
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos temporários	4	-	1.230
Tributos compensáveis		917	862
Imposto de renda e contribuição a recuperar		83	53
Imobilizado	6	13.394	12.039
Intangível	7	106.885	112.139
Direito de uso		210	283
Outros créditos		27	50
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		121.516	126.656
ATIVO TOTAL		132.794	137.853

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	5.008	2.074
Encargos setoriais		776	437
Impostos taxas e contribuições	9	421	424
Imposto de renda e contribuição social	16	949	534
Dividendos	11	25.751	22.777
Convênio de compartilhamento	17	400	317
Passivo de arrendamento		100	94
TOTAL DO CIRCULANTE		33.405	26.657
NÃO CIRCULANTE			
Encargos setoriais	10	883	1.004
Impostos, taxas e contribuições	9	2.381	2.075
Imposto de renda e contribuição social	16	1.898	1.687
Passivo de arrendamento		137	214
Outras obrigações		4	8
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.303	4.988
TOTAL DO PASSIVO		38.708	31.645
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Capital social		151.309	151.309
Prejuízos acumulados		(57.223)	(45.101)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		94.086	106.208
PASSIVO TOTAL		132.794	137.853

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2025	2024
RECEITA BRUTA	12a	62.867	55.065
Transações com Energia na CCEE		12.656	7.167
Suprimento Cotas - Geração Própria		50.032	47.718
Suprimento não Faturado Cotas - Geração Própria		179	163
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		-	17
TRIBUTOS	12b	(2.650)	(2.395)
PIS/Pasep		(451)	(405)
Cofins		(2.082)	(1.869)
ICMS		(117)	(121)
ENCARGOS	12b	(2.079)	(1.745)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(163)	(143)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico		(233)	(204)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE		(117)	(102)
Taxa de Fiscalização Serviço de Energia Elétrica – TFSEE		(204)	(101)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH		(1.291)	(1.134)
CDE sobre P&D		(71)	(61)
RECEITA LÍQUIDA	12	58.138	50.925
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS	13	(363)	(354)
Encargos de uso da rede de distribuição		(363)	(354)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		57.775	50.571
CUSTOS GERENCIÁVEIS		(15.526)	(14.461)
Pessoal e administradores		(784)	(1.025)
Materiais		(620)	(290)
Serviços de terceiros		(8.374)	(7.502)
Depreciação e amortização		(5.569)	(5.578)
Amortização do direito de uso		(86)	(63)
Outros custos operacionais		(93)	(3)
RESULTADO DA ATIVIDADE		42.249	36.110
Resultado financeiro	15	3.695	2.075
Receitas financeiras		3825	2.204
Despesas financeiras		(130)	(129)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		45.944	38.185
Despesa com tributos sobre o lucro	16	(3.393)	(2.627)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		42.551	35.558

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	42.551	35.558
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	42.551	35.558

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	151.309	-	(37.586)	113.723
Resultado do exercício	-	-	35.558	35.558
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	(20.296)	-	(20.296)
Outras mutações no Patrimônio Líquido:				
Dividendos obrigatórios	-	-	(22.777)	(22.777)
Retenção de lucros	-	22.776	(22.776)	-
Absorção de prejuízos regulatórios	-	(4.878)	4.878	-
Constituição de reservas:				
Reserva legal	-	2.398	(2.398)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	151.309	-	(45.101)	106.208
Resultado do exercício	-	-	42.551	42.551
Pagamento de reserva especial		(8.500)	-	(8.500)
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	(20.422)	-	(20.422)
Outras mutações no Patrimônio Líquido:				
Absorção de prejuízos regulatórios	-	461	(461)	-
Constituição de reservas:	-	-	-	-
Reserva legal	-	2.711	(2.711)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	(25.751)	(25.751)
Dividendos adicionais	-	25.750	(25.750)	-
Reserva especial	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	151.309	-	(57.223)	94.086

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	42.551	35.558
Ajustes por:		
Amortização e depreciação (Notas 6 e 7)	5.569	5.578
Amortização do direito de uso	86	63
Imposto de renda e contribuição social	3.393	2.627
Juros passivo de arrendamento	20	24
juros e variações monetárias	(3.733)	(2.051)
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	-	(17)
	47.886	41.782
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores	(893)	(1.505)
Serviços em curso	(384)	(112)
Tributos compensáveis	(18)	(472)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(30)	(38)
Outros ativos	(59)	130
	(1.384)	(1.997)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	2.934	902
Impostos, taxas e contribuições	303	640
Encargos setoriais	218	343
Convênio de compartilhamento	83	(91)
Outros passivos	(695)	(73)
	2.843	1.721
Caixa gerado nas atividades operacionais	49.345	41.506
Imposto renda e contribuição social pagos	(1.995)	(1.881)
Juros de arrendamentos pagos	-	(24)
Juros recebidos	3.732	1.990
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	51.082	41.591
		25.751
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em investimentos temporários	(36.684)	(43.368)
Resgates em investimentos temporários	40.746	43.292
No imobilizado	(1.669)	(1.346)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2.393	(1.422)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos (Nota 12e)	(51.699)	(40.718)
Arrendamentos pagos	(103)	(76)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(51.802)	(40.794)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.673	(625)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	1.519	2.144
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	3.192	1.519
	1.673	(625)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de fevereiro de 2016, foi constituída a Cemig Geração Itutinga S.A. (“Companhia” ou “Itutinga”), sociedade anônima, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190-131.

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.846/2016, formalizando a transferência da concessão da UHE Itutinga da Cemig GT para a Cemig Geração Itutinga S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 10/2016 – MME, ocorrida em 8 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A UHE Itutinga possui 52 MW de potência instalada e 28 MW médios de garantia física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, 70% da garantia física é destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de cotas de garantia física de energia e de potência da UHE Itutinga, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2024 a 30 de junho de 2025, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.506, de 22/07/2022. Os 30% restantes da garantia física da Companhia são comercializados no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

A Cemig GT, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela Aneel, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado

pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras regulatórias distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 13 de abril de 2026, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº19.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores e revendedores (Fornecimento não faturado de Energia Elétrica);
- Nota 7 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 8 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 13 – Receita (Fornecimento não faturado de Energia Elétrica).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Principais políticas contábeis regulatórias materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

Intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes à bonificação pela outorga. São mensurados pelo custo incorrido na data da sua aquisição ou formação, menos as despesas de amortização, que quando aplicável é calculada pelo método linear.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são registrados, inicialmente, pelos custos incorridos na data da aquisição ou formação. São avaliados pelo Valor Novo de Reposição – VNR e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de transmissão de energia elétrica.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxas médias a.a. %		2025	2024
		31/12/2025	31/12/2024		
Contas Bancárias				60	64
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	CDI	95%	-	3.093	-
Overnight (1)	Pré-fixada	14,60% a 14,90%	11,91 a 12,15%	39	1.455
TOTAL				3.192	1.519

- (1) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 19 a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e as políticas contábeis materiais.

4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	Indexador	Taxas médias a.a. %		2025	2024
		31/12/2025	31/12/2024		
Aplicações Financeiras Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	103,5% a 110,02%	104,7 a 113,51%	363	2.553
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	15,11% a 15,12%	10,72% a 10,85	48	662
Debêntures	TR+CDI	TR + 1% a 109,88% CDI	TR + 1,00 a 122,90	5	46
				416	3.261
Não Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	103,5% a 110,02%	104,7% a 113,51%	-	1.230
				-	1.230
TOTAL				416	4.491

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18 destas demonstrações contábeis regulatórias.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Descrição	Valores correntes				Total 2025	Total 2024
	Corrente a vencer		Corrente vencida			
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias		
Fornecimento de energia	-	-	-	-	-	(16)
(-) Arrecad. Processo Classif.	-	-	-	-	-	(16)
Suprimento energia – Moeda nacional	-	1.265	253	-	1.518	1.828
Suprimento/ Encargo rede não faturado	5.633	-	-	-	5.633	4.446
TOTAL	5.633	1.265	253	-	7.151	6.258

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda significativa. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Circulante	2025	2024
ICMS, PIS/Pasep e Cofins	10	47
Não circulante	2025	2024
ICMS	142	205
PIS/Pasep e Cofins	775	657
Total	917	862

7. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias de depreciação %	2025			2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		9.384	(1.212)	8.172	8.673	(897)	7.776
Obras civis, benfeitorias e edificações	3,85	188	(11)	177	47	(8)	39
Máquinas e equipamentos	4,25	9.171	(1.201)	7.970	8.626	(889)	7.737
Móveis e utensílios	6,25	25	-	25	-	-	-
Em curso		5.222	-	5.222	4.264	-	4.264
Total	4,55	14.606	(1.212)	13.394	12.937	(897)	12.040

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas = (A) - (B)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2025
Em serviço	8.673	-	711	9.384	711	(1.212)	8.172
Obras civis, benfeitorias e edificações	47	-	141	188	141	(11)	177
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	8.626	-	545	9.171	545	(1.201)	7.970
Veículos	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	25	25	25	-	25
Em curso	4.264	1.669	(711)	5.222	958	-	5.222
Total	12.937	1.669	-	14.606	1.669	(1.212)	13.394

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Materiais/ equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Reservatórios, Barragens e Adutoras	11		11
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	43	98	141
Máquinas e Equipamentos	1.123	369	1.492
Móveis e Utensílios	25		25
Total das Adições	1.202	467	1.669

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel na Resolução Normativa nº 674/15. A taxa média de depreciação em 2025 é de 4,55% (3,51% em 2024).

Os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Os bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, possuem autorização prévia da Aneel para desvinculação, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

8. INTANGÍVEL

	Taxa média anual amortização (%)	2025			2024		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Bonificação pela outorga	3,13	145.611	(45.353)	100.258	145.611	(40.340)	105.271
Extensão da concessão	3,13	7.713	(1.086)	6.627	7.713	(844)	6.869
		153.324	(46.439)	106.885	153.324	(41.184)	112.140
Total		153.324	(46.439)	106.885	153.324	(41.184)	112.140

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

Intangível	Valor bruto em 31/12/2024	Valor bruto em 31/12/2025	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço					
Geração					
Bonificação pela outorga	145.611	145.611	(45.353)	100.258	105.271
Extensão da concessão	7.713	7.713	(1.086)	6.627	7.110
Total do Ativo Intangível	153.324	153.324	(46.439)	106.885	112.381

Intangível	Valor bruto em 31/12/2023	Valor bruto em 31/12/2024	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Em serviço					
Geração	153.324	153.324	(41.184)	112.140	117.393
Bonificação pela outorga	145.611	145.611	(40.340)	105.271	110.283
Extensão da concessão	7.713	7.713	(844)	6.869	7.110
Total do Ativo Intangível	153.324	153.324	(41.184)	112.140	117.393

9. FORNECEDORES

	2025	2024
Suprimento e Transporte de Energia	-	31
Materiais e Serviços	5.008	2.043
TOTAL	5.008	2.074

10. ENCARGOS SETORIAIS

	2025	2024
Passivo		
Taxa de Fiscalização da ANEEL	20	15
Pesquisa Expansão Sistema Energético	21	16
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos	173	243
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	43	32
Pesquisa e Desenvolvimento ⁽¹⁾	891	1.013
CDE sobre P&D	13	10
	1.161	1.329
Circulante	278	325
Não Circulante	883	1.004

(1) As concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico.

11. TRIBUTOS

a) Impostos, Taxas e Contribuições

	2025	2024
Circulante		
ICMS	15	53
COFINS	-	132
PASEP	35	29
INSS	305	121
ISSQN	53	49
Outros	13	40
	421	424
Não circulante		
COFINS	1.957	1.706
PASEP	424	369
	2.381	2.075
TOTAL	2.802	2.499

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	2025	2024
Circulante		
Imposto de Renda	485	313
Contribuição Social	463	221
TOTAL	948	534
Não Circulante		
Imposto de Renda	1.237	1.104
Contribuição Social	661	583
	1.898	1.687
TOTAL	2.846	2.221

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia era de R\$151.309, subscrito e integralizado, dividido em 151.309.332 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

b) Reservas

Reservas de Lucros	2025	2024
Reserva Legal	20.291	17.573
Reserva Especial	-	43.198
Reserva de Retenção de Lucros	40.026	43.198
	60.310	60.771

A composição da conta Reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$2.711 de reserva legal em 2025, correspondendo a 5,00% do lucro societário apurado no exercício.

Reserva Especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, parcela do lucro do exercício, no montante de R\$13.501 em 2025, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo dessa forma, o saldo da reserva de retenção de lucros.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício societário, ajustado conforme a Lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos para 2025 e 2024 foi feito conforme abaixo:

	2025	2024
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do exercício	54.212	47.951
Reserva Legal constituída (5%)	(2.711)	(2.398)
	51.501	45.553
Dividendos obrigatórios	25.751	22.777
Dividendos adicionais	25.750	-
Retenção de lucros	-	22.776
Total dos Dividendos	51.501	45.553

d) Destinação do Resultado societário

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2026, que, ao resultado societário do exercício de 2025, no montante de R\$54.212, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.711 para constituição de reserva legal;
- R\$25.751 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$25.750 para pagamento de dividendos adicionais;

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa, conforme apresentado pela Administração, R\$13.501, dos dividendos adicionais, para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

e) Movimentação dos dividendos obrigatórios

Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.777
Proposta de pagamento de reserva especial de exercícios anteriores	8.500
Proposta de dividendos adicionais	20.422
Pagamento de dividendos	(51.699)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2025	25.751
Saldo em 31 de dezembro de 2025	25.751

13. RECEITA

	2025	2024
Transações com Energia na CCEE	12.656	7.167
Suprimento Cotas - Geração Própria	50.032	47.718
Suprimento não faturado - Cotas - Geração própria	179	163
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	-	17
	-	
Suprimento bruto de energia elétrica (a)	62.867	55.065
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (b)	(4.729)	(4.140)
	58.138	50.925

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	Nº de consumidores (Não auditado)		MWh (Não auditado)		R\$ Mil	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Fornecimento industrial	-	-	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-
Suprimento faturado (1)	88	83	133.986	147.327	50.032	47.718
Suprimento não faturado	-	-	-	-	179	163
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	-	12.656	7.167
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias					-	17
Total	88	83	133.986	147.327	62.867	55.065

(1) Inclui contratos de vendas no ACR às distribuidoras e vendas no ACL às comercializadoras.

b) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2025	2024
Tributos sobre a Receita		
ICMS	117	121
COFINS	2.082	1.869
PIS/PASEP	451	405
	2.650	2.395
Encargos do Consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	163	143
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	233	204
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	117	102
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	204	101
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.291	1.134
CDE sobre P&D	71	61
	2.079	1.745
	4.729	4.140

14. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS

	2025	2024
Encargos de Distribuição (1)	363	354
	363	354

(1) Encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

15. CUSTOS GERENCIÁVEIS

	2025	2024
Pessoal e administradores (a)	784	1.025
Materiais	620	290
Serviços de terceiros (b)	8.374	7.502
Depreciação e amortização	5.655	5.641
Outros custos e despesas operacionais líquidos	93	3
	15.526	14.461

a) Pessoal e administradores

	2025	2024
Pessoal		
Outros		
Convênio de compartilhamento	682	932
	682	932
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	67	75
Participação nos resultados	15	12
Benefícios dos administradores	20	6
	102	93
TOTAL	784	1.025

b) Serviços de terceiros

	2025	2024
Manutenção, Conservação e Instalação (1)	1.299	999
Convênio de compartilhamento – O&M	4.684	4.290
Conservação e Limpeza de Prédios	721	773
Meio Ambiente	970	938
Tecnologia da Informação	212	185
Auditoria externa	38	36
Consultoria	-	5
Vigilância	231	210
Outros	219	66
TOTAL	8.374	7.502

Os serviços de terceiros abrangem, principalmente, os serviços de engenharia, operação e manutenção prestados no âmbito do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos vinculados aos processos de Engenharia, firmado entre a controladora CEMIG GT e suas subsidiárias integrais, vide nota explicativa nº18.

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	3.730	2.070
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	13	-
Outras	82	134
	3.825	2.204
Despesas Financeiras		
Variações Monetárias	(101)	(100)
Juros Passivo de Arrendamento	(20)	(24)
Outras	(9)	(5)
	(130)	(129)
RESULTADO FINANCEIRO	3.695	2.075

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	61.680	61.680
ICMS ST	(117)	(117)
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	4.925	7.387
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	3.797	3.797
Outras Receitas Financeiras	59	59
Base de Cálculo Lucro Presumido	8.781	11.243
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Lucro Presumido	1.317	1.012
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	854	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	2.171	1.012
Ajuste ECF	1	-
Rendas de aplicações	3.730	3.730
Rendas de aplicações resgatadas	3.797	3.797
Rendas de aplicações não resgatadas	(67)	(67)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	(17)	(6)
Receita por competência diferida	7.835	7.835
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	627	940
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	157	85
Amortização Custo GSF Diferido	(241)	(241)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(19)	(29)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	(5)	(3)

	2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Ajuste Diferido	(3)	-
Corrente	2.172	1.012
Diferido	133	75

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	54.892	54.892
ICMS ST	(121)	(121)
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	4.382	6.573
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	2.036	2.036
Outras Receitas Financeiras	106	106
Base de Cálculo Lucro Presumido	6.523	8.714
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Lucro Presumido	978	784
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	628	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	1.607	784
Rendas de aplicações	2.070	2.070
Rendas de aplicações resgatadas	2.036	2.036
Rendas de aplicações não resgatadas	34	34
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	9	3
Receita por competência diferida	7.536	7.536
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	603	904
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	151	81
Amortização Custo GSF Diferido	(241)	(241)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(19)	(29)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	(5)	(3)
Corrente	1.607	784
Diferido	154	82

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Distribuição	2	318	-	-	4.093	3.859	-	-

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável.

Encargos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Encargos de distribuição								
Cemig Distribuição	-	-	-	31	-	-	(363)	(353)

Os encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

Convênio de compartilhamento

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Infraestrutura e recursos humanos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	(984)	(1.088)
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	320	-	-	-	-
Operação e manutenção								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3.955	772	-	-	(4.684)	(4.290)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Dividendos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	25.751	-	-	-	-	-

A Diretoria Executiva, aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$25.751. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 12.

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	39	1.455	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	416	3.261	-	-	4	80	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	1.230	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	84	77
Participação nos resultados	31	21
Previdência privada	3	5
Total	118	103

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2025		2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores e revendedores		7.151	7.151	6.258	6.258
		7.151	7.151	6.258	6.258
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	3.132	3.132	1.455	1.455
Investimentos temporários		156	156	-	-
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	207	207	2.553	2.553
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	48	48	708	708
			-	4.716	4.716
		3.543	3.543	10.974	10.974
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores		(5.008)	(5.008)	(2.074)	(2.074)
Passivo de arrendamentos		(235)	(235)	(308)	(308)
		(5.243)	(5.243)	(2.382)	(2.382)

(1) Em 31 de dezembro de 2025 E 2024, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é

mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** preço cotado - um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** técnica de avaliação - para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** título patrimonial - valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de liquidez

Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento para empresas do Grupo Cemig, de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações de *overnight* remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com dívidas pactuadas está apresentado abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Passivo de Arrendamento	9	9	94	109	98	319
Fornecedores	2.791	4	1.385	810	18	5.008
TOTAL	2.800	13	1.479	919	116	5.327

Risco de crédito

Com o objetivo de minimizar o risco de perdas advindas do não recebimento de valores faturados, a Companhia faz um acompanhamento de forma individual junto aos seus consumidores. Assim, considerando o contexto em que se encontra o cliente, são ajustadas condições que viabilizem o recebimento de créditos eventualmente em atraso.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pela sua usina hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

20. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		3.192	-	3.192	1.519	-	1.519
Investimentos temporários	20.2	417	(1)	416	3.261		3.261
Consumidores		7.151	-	7.151	6.258	-	6.258
Serviços em curso	20.3	496	(496)	-	112	(112)	-
Ativo financeiro da concessão	20.1	-	25.203	25.203	-	24.022	24.022
Tributos compensáveis		10	-	10	47	-	47
Outros créditos		12	-	12			-
TOTAL DO CIRCULANTE		11.278	24.706	35.984	11.197	23.910	35.107
NÃO CIRCULANTE							
Investimentos temporários		-	-	-	1.230	-	1.230
Imposto de renda e Contribuição social a recuperar		83	-	83	53	-	53
Tributos compensáveis		917	-	917	862	-	862
Ativo financeiro da concessão	20.1	-	192.587	192.587	-	187.120	187.120
Imobilizado		13.394	-	13.394	12.040	-	12.040
Intangível	20.1	106.885	(100.258)	6.627	112.139	(105.270)	6.869
Direito de uso		210	-	210	283	-	283
Outros créditos		27	-	27	49	-	49
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		121.516	92.329	213.845	126.656	81.850	208.506
ATIVO TOTAL		132.794	117.035	249.829	137.853	105.760	243.613

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Fornecedores		5.008	-	5.008	2.074	-	2.074
Encargos setoriais	20.3	776	(498)	278	437	(112)	325
Impostos taxas e contribuições		421	-	421	424		424
Imposto de renda e contribuição social		949	-	949	534	-	534
Dividendos		25.751	-	25.751	22.777	-	22.777
Convênio de compartilhamento		400	-	400	317	-	317
Passivo de arrendamentos		100	-	100	94	-	94
TOTAL DO CIRCULANTE		33.405	(498)	32.907	26.657	(112)	26.545
NÃO CIRCULANTE							
Encargos setoriais		883	-	883	1.004	-	1.004
Impostos, taxas e contribuições		2.381	-	2.381	2.075	-	2.075
Imposto de renda e contribuição social		1.898	-	1.898	1.687	-	1.687
Passivo de arrendamentos		137	-	137	214	-	214
Outras passivos		4	-	4	8	-	8
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.303	-	5.303	4.988	-	4.988
TOTAL DO PASSIVO		38.708	(498)	38.210	31.645	(112)	31.533
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		151.309	-	151.309	151.309	-	151.309
Reservas de lucros	20.1	-	60.310	60.310	-	60.771	60.771
Prejuízos acumulados		(57.223)	57.223	-	(45.101)	45.101	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		94.086	117.533	211.619	106.208	105.872	212.080
PASSIVO TOTAL		132.794	117.035	249.829	137.853	105.760	243.613

c) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA		62.867	6.648	69.515	55.065	7.380	62.445
Transações com energia na CCEE		12.656	-	12.656	7.167	-	7.167
Suprimento Cotas - Geração Própria		50.032	-	50.032	47.718	-	47.718
Suprimento não faturado Cotas - Geração própria		179	-	179	163	-	163
Amortização do ativo financeiro	20.1	-	(25.924)	(25.924)	-	(24.736)	(24.736)
Atualização do ativo financeiro	20.1	-	32.572	32.572	-	32.116	32.116
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		-	-	-	17	-	17
TRIBUTOS		(2.650)	-	(2.650)	(2.395)	-	(2.395)
PIS/Pasep		(451)	-	(451)	(405)	-	(405)
Cofins		(2.082)	-	(2.082)	(1.869)	-	(1.869)
ICMS		(117)	-	(117)	(121)	-	(121)
ENCARGOS – PARCELA “A”		(2.079)	-	(2.079)	(1.745)	-	(1.745)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(163)	-	(163)	(143)	-	(143)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		(233)	-	(233)	(204)	-	(204)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE		(117)	-	(117)	(102)	-	(102)
Taxa Fiscalização Serv. Energia Elétrica – TFSEE		(204)	-	(204)	(101)	-	(101)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(1.291)	-	(1.291)	(1.134)	-	(1.134)
CDE sobre P&D		(71)	-	(71)	(61)	-	(61)
RECEITA LÍQUIDA		58.138	6.648	64.786	50.925	7.380	58.305
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"		(363)	-	(363)	(354)	-	(354)
Encargos de uso da rede de distribuição		(363)	-	(363)	(354)	-	(354)
Energia elétrica comprada para revenda		-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		57.775	6.648	64.423	50.571	7.380	57.951
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		(15.526)	5.013	(10.513)	(14.461)	5.013	(9.448)
Pessoal e administradores		(784)	-	(784)	(1.025)	-	(1.025)
Materiais		(620)	-	(620)	(290)	-	(290)
Serviços de terceiros		(8.374)	-	(8.374)	(7.502)	-	(7.502)
Depreciação e amortização	20.1	(5.569)	5.013	(556)	(5.578)	5.013	(565)
Amortização direito de uso		(86)	-	(86)	(63)	-	(63)
Outros custos operacionais		(93)	-	(93)	(3)	-	(3)
RESULTADO DA ATIVIDADE		42.249	11.661	53.910	36.110	12.393	48.503
Resultado financeiro		3.695	-	3.695	2.075	-	2.075
Receitas financeiras		3.825	-	3.825	2.204	-	2.204
Despesas financeiras		(130)	-	(130)	(129)	-	(129)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		45.944	11.661	57.605	38.185	12.393	50.578
Despesa com tributos sobre o lucro		(3.393)	-	(3.393)	(2.627)	-	(2.627)
Resultado líquido		42.551	11.661	54.212	35.558	12.393	47.951

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2025	2024
Patrimônio líquido societário	211.619	212.080
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Bonificação pela outorga – Ajuste aporte de acionistas	(4.461)	(4.461)
Bonificação pela outorga – Ajuste resultado	(113.072)	(101.411)
Patrimônio líquido regulatório	94.086	106.208

e) Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2025	2024
Lucro líquido societário	54.212	47.951
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Bonificação pela outorga	(6.648)	(7.380)
Amortização - Ativo intangível	(5.013)	(5.013)
Total dos ajustes de práticas contábeis	(11.661)	(12.393)
Lucro líquido regulatório	42.551	35.558

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Contábeis Societárias são como segue:

20.1. Bonificação pela outorga

Na contabilidade societária, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão, registrados como atualização do ativo financeiro. Os valores recebidos são reconhecidos como amortização do ativo financeiro constituído.

Na contabilidade regulatória, a bonificação pela outorga foi reconhecida como um ativo intangível, a ser amortizado durante o período da concessão. Os valores recebidos são reconhecidos como receita.

O valor do aporte dos acionistas apresentou diferença entre os valores societários e regulatórios em função das diferenças de critérios contábeis relacionados a bonificação de outorga, no período de janeiro a maio de 2016, registrados originalmente nas demonstrações financeiras da Controladora. Tais diferenças geraram redução no patrimônio líquido na contabilidade regulatória, e o valor líquido deste impacto está devidamente demonstrado na DMPL.

20.2. Investimentos temporários

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária os valores dos fundos vinculados estão apresentados em outros ativos.

20.3. Serviços em curso - Serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com a técnica de funcionamento 7.2.86 e 7.2.87 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária esses valores são compensados com o passivo e apresentados pelo líquido em encargos setoriais, considerando a sua expectativa de realização.

*** **

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-MG- 121.569/O-7

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 13 de abril 2026

Outorgada: Cemig Geração Itutinga S.A.

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-MG- 121.569/O-7

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.